

# A HISTORIOGRAFIA DA LÍNGUÍSTICA E A GRAMÁTICA DE MANUEL ÁLVARES

*Janaina Fernanda de Oliveira Lopes (Capes)*

*Orientador: Leonardo Ferreira Kaltner*

*Mestranda*

RESUMO: Amparado nos preceitos da Historiografia da Linguística, este artigo busca demonstrar que as ideias linguísticas de cada tempo atendem aos anseios do recorte delimitado e que a análise do período ganha um contorno maior quando é vista de forma interdisciplinar. Assim, para a investigação historiográfica, são levados em conta não somente os documentos que falam sobre a linguagem, mas também todo o seu entorno, uma vez que o historiógrafo trabalha o texto em seu contexto. Para tanto, usaremos a gramática latina de Manuel Álvares a fim de demonstrar que a sua feitura foi em atendimento ao pensamento linguístico da época, que buscava a unicidade da aprendizagem do latim em todos os colégios jesuítas ao redor do mundo. A busca de unidade no ensino da língua latina nas unidades escolares da Companhia de Jesus, bem como sua aprendizagem por parte dos professores, permitiu que Álvares reunisse em sua obra o pensamento linguístico de diversos autores clássicos. Deste modo, Álvares compilou um material didático que foi amplamente divulgado, devido ao fato de unir tanto a descrição da língua latina quanto a razão pela qual ela se apresentava.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática de Manuel Álvares, Historiografia da Linguística.

## **A Historiografia da Linguística**

A Historiografia da Linguística faz parte da história das Ciências e ganhou notoriedade na década de 1970. Ela é um campo de pesquisa que trabalha de forma interdisciplinar com outras áreas do saber, como a Antropologia, a História e a Sociologia. Esse aspecto permite que o objeto de análise possa ser estudado de uma forma mais ampla, pois ele é visto por diversas dimensões.

Apesar de ser uma área ainda em expansão, há muitos trabalhos voltados para esse campo. Aqueles que optam trabalhar com a Historiografia da Linguística (HL) deparam-

---

se com Konrad Koerner e Pierre Swiggers, que são os nomes de destaque desta área do saber. Isso não exclui citar outros autores, como Cristina Altman, Ronaldo de Oliveira Batista e Ricardo Cavaliere. O campo ainda conta com periódicos, revistas e GTs que atuam na propagação desta corrente de estudos<sup>1</sup>.

Conforme aponta Swiggers, a Historiografia da Linguística pode ser definida como:

[...] o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e. estimulante, ou ‘negativo’, i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado (SWIGGERS, 2010, p. 2).

Temos, então, a HL como uma forma de levantamento do saber linguístico de um determinado recorte temporal. Ela também possibilita entender quais os fatores que levaram a comunidade acadêmica a formar o conhecimento que se tem sobre a linguagem. Isso possibilita dizer se há permanência de saberes anteriores ou rompimentos. É importante, ainda, dizer que, para a HL, o objeto de estudo não é a linguagem, mas sim todo o conhecimento produzido sobre ela ao longo do tempo (ALTMAN, 2009).

O caráter abrangente da disciplina permite que diversas fontes sejam estudadas. Primeiramente, Swiggers (2013, p. 41) aponta que os “*objetos* primários que se devem estudar são “*textos* (publicados ou não)”, pois eles podem ser considerados “o ‘reflexo (ou depósito) material’ da história da linguística” (p. 42). Para tanto, o historiógrafo se vale de diversas fontes a fim de construir a história do saber linguístico do objeto primário. Assim, o estudioso desse campo pode contar com um arquivo que vai desde documentos canônicos a documentos não tão conhecidos. Além disso, pelo fato de a HL reconstruir o cenário do saber linguístico, os documentos podem ser os mais diversos, o que inclui tanto documentos da área de linguagem, como gramáticas, quanto leis, materiais religiosos etc. Swiggers (2013, p. 43) aponta, ainda, que “[e]m face dessa

---

<sup>1</sup> Podemos citar o periódico *Historiographia Linguistica*, a *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, e, no Brasil, o Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística (CEDOCH, Departamento de Linguística da USP), o Grupo de Trabalho em Historiografia da Linguística Brasileira na Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), dentre outros.

---

complexidade da história da linguística, o objetivo fundamental do historiador é o de *reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto.*”

Para este fim, quem se propõe a estudar a HL precisa considerar as fontes de análise, isso inclui ter em mente os parâmetros externos e internos de análise<sup>2</sup>. Outra forma de tratamento destas fontes, conforme aponta Batista (2013), pode ser através de três princípios, a saber: *princípio da contextualização*, *princípio da imanência* e *princípio da adequação teórica*. São, portanto, esses princípios que propiciarão ao historiógrafo poder fazer o levantamento do conhecimento linguístico a que ele se propõe. É importante frisar que esses princípios foram apontados por Konrad Koerner (1995; 1996).

No que diz respeito ao *princípio da contextualização*, o historiógrafo faz a “reconstituição do clima de opinião” (BATISTA, 2013, p. 75). Isso se refere a remontar todo o cenário que colaborou para o firmamento do que se pensava sobre a linguagem num determinado período. Deste modo, o clima de opinião trabalha com os diversos fatores que levaram a comunidade acadêmica a receber um determinado pensamento linguístico, bem como suas formas de análise. O clima de opinião é, portanto, a história, através de fatos, de como um conhecimento linguístico foi recebido.

O *princípio da imanência* busca “compreender o objeto de análise em sua própria natureza e configuração social e temporal, isto é, analisar o pensamento linguístico tal como ele se define” (BATISTA, 2013, p. 76). Desta forma, este princípio busca trazer o objeto de análise em seu contexto de origem. Koerner salienta que

[é] desnecessário dizer que o historiógrafo deve afastar-se tanto quanto possível de sua formação linguística individual e dos comprometimentos da Linguística que lhe são contemporâneos. O quadro geral da teoria sob investigação, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna (KOERNER, 1996, p. 60).

---

<sup>2</sup> Conforme aponta Batista (2013, p.74), os parâmetros externos são aqueles “relativos ao contexto de produção de determinada obra ou trabalho” e os parâmetros internos são “relativos ao conteúdo que trata de descrição e explicação de fenômenos linguísticos”.

---

É, portanto, uma espécie de trabalho que se compara ao filológico. Não é uma tarefa fácil, pois trazer a obra analisada tal qual era pensada na data de sua produção exige do analista a interpretação de fatores que extrapolam o texto.

O *princípio da adequação teórica* constitui a parte de análise em que o historiógrafo, a partir dos dados levantados nos princípios anteriores, pode fazer comparações, avaliações, aproximações e críticas a fim de reconstruir o percurso histórico dos conhecimentos linguísticos (BATISTA, 2013). Esta etapa é a própria constituição do trabalho historiográfico, pois é a partir dela que a história linguística é montada. Por causa disso, é importante que as etapas anteriores sejam feitas de modo a fornecer os materiais necessários para que o historiógrafo possa ter em mãos os dados suficientes e inerentes à análise.

Os resultados obtidos a partir dos princípios explicitados anteriormente não devem ser tomados de modo a construir um conhecimento sobre a linguagem pautado na noção de linearidade. A Historiografia da Linguística não se pauta na busca de uma construção que leve a pensar que um conhecimento produzido é “moderno” e outro “antiquado”. Ela visa a remontar a história sobre o conhecimento linguístico, o que difere totalmente do pensamento de que um saber anterior é inferior ao saber da atualidade (BATISTA, 2013). Portanto, o acúmulo de conhecimento não é tomado de forma a enaltecer uma época em detrimento de outra.

### **A gramática de Manuel Álvares**

Manuel Álvares foi um gramático humanista. Ele nasceu na Ilha da Madeira, em 1526. Ao ter contato com um jesuíta, por volta de 1545, Álvares se interessa pela Ordem e vai estudar no Colégio de Coimbra, cuja finalidade era formar professores para atuarem nos demais colégios da Companhia. No colégio jesuítico, ele se debruça sobre o latim, o grego, o hebraico e a filosofia. Em 1553 passa a fazer parte do corpo docente dos colégios jesuíticos (FERNANDES, 2007, p.85).

Os colégios da Companhia de Jesus cresciam assustadoramente, isso demandava um maior número de professores, visto que havia turmas com cerca de duzentos alunos (FRANCA, 1952). Esse crescimento fez com que surgisse a preocupação sobre o controle a respeito do que era ensinado nas aulas, pois a Companhia visava à unificação do conteúdo e dos métodos de ensino apregoados nos colégios. É nesse contexto que surge

---

a gramática *De Institutione Grammatica Libri Tres*, de Manuel Álvares, que serviria para nortear os professores quanto aos conteúdos da língua latina.

A gramática de Álvares foi utilizada em todos os colégios jesuíticos ao redor do mundo (MIRANDA, 2015, p. 510). Tendo em vista que os primeiros anos de escolarização brasileira deram-se pelas missões jesuítas, a gramática alvaresiana insere-se como um documento de análise para se refletir o tipo de ensino que era apregoado na educação brasileira, nos primeiros séculos da colonização.

A obra de Álvares era utilizada para o ensino de latim nos cursos de Gramáticas, na *Ratio Studiorum*, documento que, posteriormente, tornou-se uma compilação de todas as normas para a educação nos colégios jesuíticos. A *De Institutione Grammatica Libri Tres* foi originada a pedido do Geral da Companhia, Francisco de Borja (MIRANDA, 2015, p. 509). E, conforme aponta o próprio autor no prefácio da referida obra, ele espelhou-se em autores já consagrados: Varrão, Quintiliano, Aulo Gélcio, Probo, Diomedes, Focas, Donato, Prisciano, bem como nos gregos: Homero, Hesíodo, Platão, Aristóteles, Teócrito e Estrabão (FERNANDES, 2007, p. 86). Tem-se, deste modo, um autor humanista buscando referências em autores clássicos.

A gramática é dividida em três partes e se relaciona com a *Ratio Studiorum* na medida em que cada parte ensinada aos alunos era uma etapa da formação. Assim, no primeiro curso de gramática, ensinava-se a Morfologia, no segundo, a Sintaxe, e no terceiro, a Prosódia. Após esses três anos, o aluno estava apto a cursar as demais fases da educação jesuítica.

Álvares teve a preocupação em formular uma gramática voltada para um tipo específico de educação, visto que a *De Institutione Grammatica Libri Tres* foi encomendada. Deste modo, é possível perceber que a gramática atende a um propósito específico. Mais do que fazer um registro da língua latina, Álvares buscava que ela fosse capaz de ser entendida. Ou seja, que ela fornecesse meios para que os alunos pudessem utilizar o latim de forma plena. Além deste objetivo, a gramática de Álvares também visava a fornecer ajuda aos professores. Assim, tanto os alunos quanto os docentes poderiam aprender com ela.

Kemmeler (2013), um dos mais conhecidos estudiosos da gramática de Álvares, aponta que é possível fazer um estudo metalinguístico da língua portuguesa através de autores latino-portugueses. Neste sentido, a obra alvaresiana ganha um lugar não somente

---

dentro do estudo da educação jesuítica, mas também na própria história da língua portuguesa.

Conforme relata Margarida Miranda (1995), a obra de Álvares teve diversas edições, podendo ser possível admitir que esse número ultrapassasse a margem de seiscentos exemplares. Essas várias edições, que eram levadas a cada país em que a Companhia abria um colégio, poderiam levantar questões acerca da autoria da obra alvaresiana. Aponta Kemmeler (2012) que na edição para a Espanha, em 1579, Álvares cede todos os direitos autorais da sua obra à Companhia de Jesus. Para isso, antes que a gramática seja levada, ele fez um documento de próprio punho, assinado também por dois tabeliães, confirmando que ele era o autor da obra e que estava fazendo essa autorização. Esse fato retira todas as dúvidas quanto a autoria do trabalho de Álvares, pois

a bibliografia existente sobre a obra alvaresiana leva-nos a constatar que não parece, até ao momento, ser conhecido outro documento autêntico e autógrafa que ligue o próprio Manuel Álvares à publicação e divulgação dos *De institutione grammatica libri tres* a nível nacional ou internacional como detentor dos direitos autorais (KEMMELER, 2012, p. 158).

Essas publicações, em várias vezes, continham partes que se diferenciavam da versão original, fazendo com que, a cada publicação, novas informações fossem dadas e outras subtraídas. Uma edição que merece destaque é a japonesa, em que há a preocupação em fazer o registro de uma fileira na língua japonesa, latina e portuguesa (MIRANDA, 1995, p. 511).

Esse caráter pedagógico da gramática de Álvares traz consigo algumas questões que são pertinentes ao ensino de línguas como: de que forma ele faz uso dos conhecimentos linguísticos a fim de possibilitar uma maior compreensão da língua latina? A gramática é puramente normativa ou usa também de métodos de descrição e explicação dos usos?

Esta última questão talvez seja o motivo de tão grande sucesso da obra de Álvares, pois ele divide a gramática em duas partes, ainda que não sejam divisões iguais. O gramático se pauta no *usus* e na *ratio*, ou seja, elabora um material prático, didático, pedagógico, mas não deixa de lado o racional. Assim, tem-se uma gramática descritiva,

---

mas também uma compilação, mesmo que em menor medida, que busca racionalizar os motivos do *usus* (CARDOSO, 1995, p. 159-160).

Deste modo, pode-se dizer que Álvares atende ao anseio da Companhia ao elaborar um material voltado à aprendizagem. Assim, ele cumpre o objetivo de fornecer aos estudantes o acesso à língua de cultura da época, o latim. Talvez o fato de fazer uso da *ratio* seja justamente pela consciência de que o latim não era a língua falada no dia a dia.

A forma de ensino de Álvares promoveu debates sobre sua obra após o seu falecimento, visto que ele, em alguns momentos, defendia que se usasse a língua vernácula durante a explicação do latim. Se por um lado esse processo interrompia uma imersão na língua que estava sendo estudada, por outro, permitia olhar o ensino de forma mais voltada ao aluno. Talvez por ser humanista, Álvares tenha optado por esse tipo de conduta, assim, buscava um ensino voltado ao desenvolvimento do ser humano, e não apenas o seu preparo prático.

## **Conclusão**

Tendo em vista o que discutimos sobre a gramática de Álvares e o que apregoa a HL, especialmente no que diz respeito à asserção de que o conhecimento produzido não é linear e que ele não deve ser usado de modo a valorar um sobre o outro, vemos que a gramática alvaresiana não se insere como um documento “a frente do seu tempo” ou “apenas uma cópia dos modelos anteriores”. Ela atende às necessidades de sua época. O conhecimento linguístico que Álvares nos apresenta baseia-se em autores clássicos e na sua formação humanista.

Pode-se ainda mencionar o fato de que a grande demanda de alunos nos colégios jesuíticos contribuiu para que se elaborasse um material que fosse mais dinâmico, que suprisse as dificuldades do ensino da língua latina. Assim, podemos dizer que o ensino jesuítico, motivado pelo processo de Reforma Católica, contribuiu para a expansão dos colégios, o que demandou a criação de materiais didáticos que facilitassem a aprendizagem da língua de cultura da época.



---

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009. Disponível em: [<http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/12/136>]. Acesso em: 12 out. 2018.

BATISTA, R. O. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

CARDOSO, S. A gramática latina no século XVI. As “partes orationes” na gramática do Pe Manuel Álvares (1572) e na Minerva de Sanctius (1587). *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*. Porto, XII, p. 159-172, 1995. Disponível em: [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2703.pdf>]. Acesso em: 10 out. 2018.

FERNANDES, G. De Institutione Grammatica Libri três (1572) de Manuel Álvares (1526-1583). *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, 4, p. 85-100, 2007. Disponível em: [[http://www.filologia.org.br/abf/rabf/4/abrazil\\_4.pdf](http://www.filologia.org.br/abf/rabf/4/abrazil_4.pdf)]. Acesso em: 10 out. 2018.

FRANCA, L. S. J. *O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”*: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952. Disponível em: [<https://portalconservador.com/livros/Pe-Leonel%20Franca-O-Metodo-Pedagogico-dos-Jesuítas.pdf>]. Acesso em: 20 set. 2018.

MARCONDES, C., LIMA, A. Historiografia Linguística: Princípios Concepções. *Revista da Universidade Ibirapuera*. São Paulo, v.6, p. 52-56, jul/dez. 2013. Disponível em: [<http://www.revistaunib.com.br/vol6/7.pdf>]. Acesso em: 20 out. 2018.

MIRANDA, M. O Padre Manuel Álvares e a primeira gramática global. In: *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades*. Volume 2. Funchal: Esfera do Caos, 1995, p. 505-513.

KEMMELER, R. O gramático Manuel Álvares e o percurso editorial dos *De institutione grammatica libri três* em Espanha. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga, vol. 16-1, p. 155-174, 2012. Disponível em: [[file:///C:/Users/Franciane%20Lopes/Downloads/Kemmler-2013d-OgramticoManuellvares%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Franciane%20Lopes/Downloads/Kemmler-2013d-OgramticoManuellvares%20(1).pdf)]. Acesso em: 20 out. 2018.

KEMMELER, R. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas*, Santiago de Compostela, 19, p. 145-176, 2013. Disponível em: [[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19_artigo9.pdf?ln=pt-pt)]. Acesso em: 20 out. 2018.

KOERNER, K. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins, 1995.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, volume 1, n. 2, p. 45-70, 1996. Disponível em:



---

[<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240/253>]. Acesso em: 12 out. 2018.

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. Tradução de Cristina Altman. *Eutomia* (Revista online), p. 1-17, 2010. Disponível em: [<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1702/1289>]. Acessado em: 12 out. 2018.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 1-21, 1º e 2º semestres de 2013. Disponível em: [<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf>]. Acesso em: 14 out. 2018.